



ATA N.º 48

21-08-2019

Handwritten signatures and initials in blue and purple ink, including a large signature and several smaller ones.

Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e dezanove, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a quadragésima oitava reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Francisco Xavier Candeias Fitas, Luís José de Brito Camacho Barriga, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Não se registaram intervenções. -----

**BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 20 DE AGOSTO DE 2019: € 469 988,15**

-----

**ORDEM DO DIA:** -----

**1. ALMOÇO DOS CUBENSES. FEIRA ANUAL DE CUBA 2019 - DEFINIÇÃO DE PREÇOS. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente apostado na Informação n.º 60/2019, do SACTPH, que se transcreve, e que define os preços a praticar no Almoço dos Cubenses por ocasião da FAC'2019. -----

“O Município de Cuba, realiza entre os dias 29 de agosto e 2 de setembro, a Feira Anual de Cuba, ocasião especial para todos os Cubenses. -----

Integrado na programação da feira, terá lugar o Almoço-Convívio dos Cubenses, almoço este promovido inteiramente pela Câmara Municipal de Cuba e que alcança este ano, a 22ª edição. -----

A Câmara Municipal de Cuba, assegura a organização de toda a iniciativa, procurando desta forma, fomentar o convívio, o sentimento de pertença e identidade de todos os Cubenses à sua terra natal. -----

O Almoço será servido no Salão dos Bombeiros, espaço que irá proporcionar a todos os inscritos, momentos de grande convívio e partilha. -----

A ementa que propomos contará com os seguintes pratos: Entradas, Sopa, Prato Principal, Sobremesa e Bebidas. -----

Para participar no almoço-convívio, os interessados devem preencher uma ficha de inscrição com os dados pessoais e contacto, devem indicar o número de adultos e menores a inscrever e devem fazer o pagamento dos inscritos de acordo com os valores abaixo propostos: -----

Menores dos 0 aos 5 anos (inclusive) – Isentos de pagamento; -----

Menores dos 6 aos 12 anos (inclusive) - 6 € (seis euros). -----

Adultos (a partir dos 13 anos) - 12,50 € (doze euros e cinquenta cêntimos).”-----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----



**2. ASSOCIAÇÃO DE CULTURA RECREIO E DESPORTO DE VILA RUIVA. LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. PEDIDO DE LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, a pedido da Associação de Cultura Recreio e Desporto de Vila Ruiva - Comissão de Festas, autorizou a emissão das licenças especiais de ruído e licença de recinto improvisado, para as Festas de Nossa Senhora da Encarnação, com início no dia 15 a 18 de agosto, com horário compreendido entre as 21.00 H e termino às 06.00 , a realizar no Largo da Fábrica em Vila Ruiva, bem como a isenção de 50%, do valor das respetivas taxas. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**3. VANDA CRISTINA MATA PINTO - PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente, que autorizou a emissão de licença especial de ruído para a realização de um jogo de cultura geral que se realizou no Parque Manuel de Castro, junto ao Bar do Coreto, no dia 17/08/2019, no período compreendido entre as 22h00 e as 04h00. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

Mais deliberou a Câmara informar a requerente que deverá, em futuros pedidos, respeitar o prazo de antecedência mínima de 15 dias definido para análise de pretensões deste género. -----

**4. VANDA CRISTINA MATA PINTOS. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO.** -----

Solicita a requerente a emissão de licença especial de ruído, para as seguintes atividades a realizar no Parque Manuel de Castro, nomeadamente no “Bar Coreto”, em Cuba: -----

Dia 24/08/19 uma “Sunset” no horário compreendido entre as 18.00 h e as 04,00 h, ---

Dia 01/09/19, uma “After hour” no horário compreendido entre as 06.00h e as 14,00 h.

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 120/2019, da Subunidade Administrativa, deliberou: -----

a) Emitir nos termos do disposto no n.º 15.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro, com a redação do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, a licença especial de ruído até às 2 horas, devendo, contudo, o requerente tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído. -----

b) Informar que o deferimento da presente pretensão não exonera o requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

**5. ASSOCIAÇÃO GALGUEIRA DE CUBA. LICENCIAMENTO DE PROVA DE CORRIDA DE GALGOS. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE MATERIAL. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS.** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, a pedido da A.G.C. - Associação Galgueira de Cuba, aprovou o licenciamento de uma Corrida de Galgos, que teve lugar no dia 18 de agosto de 2019, no horário compreendido entre as 9,00h e as 18h00, no Recinto da Feira Anual de Cuba, bem como autorizou a cedência de diverso material, a emissão de licença especial de ruído e isentou em 50% o valor do pagamento das respetivas taxas. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----



**6. JOSÉ ANTÓNIO MACHADO DOS ANJOS. PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DA VENDA AMBULANTE, POR OCASIÃO DAS FESTAS RELIGIOSAS, EM CUBA. -----**

Solicita o Sr. José António Machado dos Anjos, 2m x 0,6m de terrado para venda de pipocas e balões, junto ao Salão Paroquial de Cuba, nos dias 23, 24 e 25 de agosto de 2019, por ocasião das Festas Religiosas em Honra de N. S. da Rocha. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 121/2019, da SA, deliberou:

a) Autorizar a venda ambulante de acordo com o previsto no Regulamento da Venda Ambulante, em que a mesma só pode ser exercida, de forma permanente no mercado mensal de Cuba ou de forma transitória por ocasião de festas ou festejos, nos locais demarcados pela Câmara Municipal e nos horários por ela fixados, vide alínea a) do art.º 5.º, alínea b) do art.º 2.º e art.º 7.º respetivamente; -----

b) Atribuir a licença de ocupação de via pública para a venda ambulante solicitada, nos termos do n.º 2 do art.º 51.º do Regulamento do Mobiliário Urbano e Ocupação de Via Pública. -----

**7. MARIA JOSÉ TOUREGÃO FITAS DAMAS. PEDIDO DE ALTERAÇÃO DA DATA DE PAGAMENTO DE RENDA DE HABITAÇÃO. -----**

Solicita a Sr.ª Maria José Touregão Fitas Damas, na qualidade de arrendatária da Câmara Municipal de Cuba a possibilidade de lhe poder ser permitido o pagamento da renda de habitação do prédio sito na Rua Amália Rodrigues, n.º 12, em Cuba, nos dias 25 de cada mês, uma vez que está desempregada e só recebe a comparticipação do desemprego nessa data. -----

A Câmara, por unanimidade, atendendo a que a situação não está contemplada em Regulamento mas tendo presente uma deliberação tomada em reunião do Executivo de 5 de agosto de 2015, referente a um pedido idêntico formulado pela requerente deliberou excecionalmente considerar o pedido enquanto se mantiver esta situação profissional e aplicar a mesma medida a situações anteriores que tenham sido formalmente solicitadas, caso mantenham esse interesse.-----

**8. GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL DE SÃO BARTOLOMEU DO OUTEIRO. PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE PENDÕES PARA DIVULGAÇÃO DAS FESTAS ANUAIS EM HONRA DO SANTO PADROEIRO. -----**

Solicita o Grupo Desportivo e Cultural de São Bartolomeu do Outeiro autorização para a colocação de pendões publicitários, para divulgação das Festas Anuais em Honra de São Bartolomeu, que irão decorrer naquela localidade, de 23 a 26 de agosto de 2019. -----.

A Câmara, por unanimidade, de acordo com as competências que lhe são cometidas pelo disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou indeferir a pretensão atendendo a que a mesma colide com as várias festas que decorrem no concelho. -----

**9. ESSILOR PORTUGAL. RASTREIO VISUAL. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO NA VIA PÚBLICA PARA INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE MÓVEL DE RASTREIO VISUAL. -----**

Solicita a "Essilor Portugal", a cedência de espaço na via pública para instalação de uma unidade móvel de rastreio visual gratuito, com cerca de 8,64m<sup>2</sup>, nos dias de 19 e 20 de setembro de 2019, das 9.00h às 18.00 horas. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou autorizar a ocupação de via pública mediante o pagamento das taxas devidas ao abrigo do n.º 4 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba. -----

**10. CLUBE DE PATINAGEM ARTÍSTICA DE CUBA. RESPOSTA EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA DOS INTERESSADOS NO CONCURSO PARA ATRIBUIÇÃO DE STANDS TIPO TASQUINHA NO RECINTO DA FEIRA ANUAL DE CUBA/2019. -----**

Foi presente à Câmara a posição do Clube de Patinagem Artística de Cuba relativamente ao sorteio do concurso para atribuição de stands tipo tasquinha no recinto da feira anual de Cuba/2019, solicitando a não exclusão do mesmo atendendo à tradição da presença do "Bacalhau Frito" na Feira Anual há mais de 18 anos. -----

A Câmara, por unanimidade, atendendo ao reconhecido interesse municipal, ao histórico desportivo pelos resultados obtidos pela Associação que em muito tem dignificado o concelho e ao histórico de 18 anos de participação na Feira, deliberou ceder excecionalmente um espaço pelo valor do último concorrente admitido, no caso



concreto € 345,00 + IVA. -----

**11. ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO CONCURSO PÚBLICO N.º 02/19 PARA A EMPREITADA DE REABILITAÇÃO URBANA DO TROÇO DA ESTRADA DA CIRCUNVALAÇÃO, EM CUBA. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Presidente que alterou a composição do júri do concurso público n.º 02/19 para a empreitada de reabilitação urbana do troço da estrada da circunvalação, em cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**12. ATO PÚBLICO DO CONCURSO PARA ATRIBUIÇÃO DE LUGAR PARA A PISTA DE AUTOMÓVEIS DE ADULTOS NA FEIRA ANUAL DE CUBA 2019. -----**

Foi presente à Câmara o auto do procedimento em título, que se transcreve: -----

Pelas onze horas do dia doze de agosto de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniram os membros da Comissão de Acompanhamento designada para o presente ato público, presidida por Cristina Isabel Vilão Rosa Branco Candeias, Técnica Superior, coadjuvada pelos vogais Lino Manuel Pólvora Costa, Assistente Técnico e José Francisco Ribeiro Roque, coordenador técnico. -----

A Presidente deu por aberta a sessão do ato público do concurso. -----

De seguida, deu-se conhecimento de que apenas foi rececionada uma proposta ficando a lista dos concorrentes ordenada da seguinte forma: -----

Proposta única - Diamantino José Maldonado -----

Seguidamente, procedeu-se à abertura do invólucro, extraíndo-se a respetiva proposta e documentos que foram rubricados pela Comissão. -----

Após a verificação dos documentos, para efeitos de admissão ou exclusão dos concorrentes, deliberou a Comissão, por unanimidade, admitir o único concorrente.

Nesta conformidade, de acordo com o critério de adjudicação fixado no art.º 11º das normas do presente concurso, o lugar foi atribuído ao concorrente de acordo com a seguinte proposta: -----

1º Diamantino José Maldonado – proposta de € 2 302,00. -----

A Comissão deliberou, por unanimidade, notificar o único concorrente, para instruir devidamente a proposta com os elementos constantes no ponto 3.1 das Normas de Funcionamento da FAC'2019, concedendo-lhe para tal o prazo de 48 horas. -----

A Comissão deliberou ainda, por unanimidade, nos termos do disposto no mesmo art.º 11º das normas do presente concurso, propor à Câmara Municipal a aceitação da proposta podendo ser dispensada a audiência prévia dos interessados nos termos da alínea f) n.º 1 do art.º 134.º do CPA. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrado o presente ato público, do qual para constar se lavrou a presente ata, que, depois de lida em voz alta, vai assinada por todos os membros da Comissão. -----

A Comissão: Dr.ª Cristina Isabel Vilão Rosa Branco Candeias, Lino Manuel Pólvora Costa, José Francisco Ribeiro Roque, -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o auto do Ato Público. -----

### **13. ASSOCIAÇÃO DOS DOENTES RENAIIS DE PORTUGAL. PEDIDO DE SUBSÍDIO. -----**

Solicita a Associação dos Doentes Renais de Portugal a possibilidade de atribuição de um subsídio para poder continuar a desenvolver o trabalho em prol dos doentes e famílias a nível nacional. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou indeferir a pretensão uma vez que não dispõe de verba cabimentada para o efeito. -----

### **14. CONCURSO PÚBLICO N.º 02/19, COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, PARA AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PESADO DE PASSAGEIROS – ADJUDICAÇÃO. -----**

No seguimento da deliberação do órgão executivo, tomada em sua reunião ordinária de 12/06/2019, procedeu-se à abertura do Concurso Público n.º 02/19, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, para Aquisição de um Veículo Pesado de Passageiros. -----



O concurso decorreu os seus termos, tendo sido apresentadas duas propostas, conforme consta do Relatório Preliminar que se junta. -----

Oportunamente foi feita a audiência prévia dos concorrentes, não tendo sido apresentada qualquer pronuncia, conforme comprovativo da plataforma que se anexa. Procedeu-se à elaboração do Relatório Final, que se junta. -----

É quanto nos cumpre informar. Do qual o Júri do procedimento propõe a adjudicação do presente procedimento à Auto-Sueco Portugal – Veículos Pesados, S.A., pelo preço de € 224.500,00 (duzentos e vinte e quatro mil e quinhentos euros), a que acresce o IVA à taxa legal (23%), no valor de € 51.635,00 (cinquenta e um mil seiscentos e trinta e cinco euros). -----

De harmonia com o disposto no n.º 3 do art.º 148.º do CCP *“O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar”*, que é a Câmara Municipal, a quem cabe decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação, conforme determina o n.º 4 do mesmo artigo. -----

Ao órgão competente para a decisão de contratar incumbe o dever de proceder à adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas (*vide* n.º 1 do art.º 76.º do CCP). -----

Nos termos estatuídos no art.º 77.º do CCP: -----

- 1) A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes (n.º 1);
- 2) Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos e prestar caução, se esta for devida, indicando expressamente o seu valor. -----

As notificações referidas são acompanhadas do Relatório Final. -----

Em simultâneo com a decisão de adjudicação o órgão competente para a decisão de contratar aprova a minuta do contrato, nos termos do n.º 1 do art.º 98.º do CCP. -----

Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, conforme determina o n.º 1 do 100.º do CCP, dispondo este do prazo de 5 dias úteis para se pronunciar sobre a mesma, sob pena de,

não o fazendo naquele prazo, se considere aceite, conforme estabelece o art.º 101.º do CCP. -----

Além de outros elementos que fazem parte integrante do contrato, dele deve constar a classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao contrato, a realizar no ano económico da celebração do mesmo ou, no caso de tal despesa se realizar em mais de um ano económico, a indicação da disposição legal habilitante ou do plano plurianual legalmente aprovado de que o contrato em causa constitui execução ou ainda do instrumento, legalmente previsto, que autoriza aquela repartição de despesa, conforme determina a alínea h) do n.º 1 do art.º 96.º do CCP. Acontece que o pagamento do valor devido pela adjudicação do presente procedimento está dependente da contratação de uma locação financeira ("*leasing*") na sequência de procedimento a realizar para o efeito, conforme consta do n.º 1 da cláusula 12.ª do Caderno de Encargos. -----

Nesta conformidade, deve constar do contrato que cláusula que reflita esta situação. A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

- 1) Aprovar a proposta constante do Relatório Final e adjudicar o presente procedimento à Auto-Sueco Portugal – Veículos Pesados, S.A., pelo preço de € 224.500,00 (duzentos e vinte e quatro mil e quinhentos euros), a que acresce o IVA à taxa legal (23%), no valor de € 51.635,00 (cinquenta e um mil seiscientos e trinta e cinco euros); -----
- 2) Notificar a adjudicatária para, no prazo de 5 dias úteis, apresentar os documentos de habilitação exigidos no n.º 1 do art.º 13.º do Programa do Procedimento e prestar a caução de 5% do valor contratual, no prazo máximo de 10 dias, no montante de € 11.225,00 (onze mil duzentos e vinte e cinco euros), de harmonia com o estipulado no art.º 14.º do Programa do Procedimento; -----
- 3) Aprovar a minuta do contrato, que se anexa e notifica-la à adjudicatária para que sobre ela se pronuncie, no prazo de 5 dias úteis. -----

## **15. CONCURSO PÚBLICO N.º 01/19 PARA "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DOS SEGUROS" – ADJUDICAÇÃO. -----**

No seguimento da deliberação do órgão executivo, tomada em sua reunião ordinária de 26/06/2019, procedeu-se à abertura do Concurso Público n.º 01/19 para "Prestação de



Serviços na Área dos Seguros”. -----

O concurso decorreu os seus termos, tendo sido admitida apenas uma proposta, conforme consta do Relatório Preliminar que se junta. -----

Oportunamente foi feita a audiência prévia dos concorrentes, não tendo sido apresentada qualquer pronúncia, conforme comprovativo da plataforma que se anexa.

Procedeu-se à elaboração do Relatório Final, que se junta (Doc. 3), no âmbito do qual o Júri do procedimento propõe a adjudicação do presente procedimento à Caravela – Companhia de Seguros, S.A., pelo preço de € 183.787,10 (cento e oitenta e três mil setecentos e oitenta e sete euros e dez cêntimos), isento de IVA, nos termos do n.º 28 do art.º 9.º do CIVA. -----

De harmonia com o disposto no n.º 3 do art.º 148.º do CCP *“O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar”*, que é a Câmara Municipal, a quem cabe decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação, conforme determina o n.º 4 do mesmo artigo. -----

Ao órgão competente para a decisão de contratar incumbe o dever de proceder à adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas (*vide* n.º 1 do art.º 76.º do CCP). -----

Nos termos estatuídos no art.º 77.º do CCP: -----

- 1) A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes (n.º 1);
- 2) Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos e prestar caução, se esta for devida, indicando expressamente o seu valor. -----

As notificações referidas são acompanhadas do Relatório Final. -----

Em simultâneo com a decisão de adjudicação o órgão competente para a decisão de contratar aprova a minuta do contrato, nos termos do n.º 1 do art.º 98.º do CCP. -----

Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, conforme determina o n.º 1 do 100.º do CCP, dispondo este do prazo de 5 dias úteis para se pronunciar sobre a mesma, sob pena de,

não o fazendo naquele prazo, se considere aceite, conforme estabelece o art.º 101.º do CCP. -----

Além de outros elementos que fazem parte integrante do contrato, dele deve constar a classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao contrato, a realizar no ano económico da celebração do mesmo ou, no caso de tal despesa se realizar em mais de um ano económico, a indicação da disposição legal habilitante ou do plano plurianual legalmente aprovado de que o contrato em causa constitui execução ou ainda do instrumento, legalmente previsto, que autoriza aquela repartição de despesa, conforme determina a alínea h) do n.º 1 do art.º 96.º do CCP. Já foram solicitados aos Serviços Financeiros os cabimentos retificados e compromissos para a assunção dos encargos decorrente do presente procedimento para o ano corrente. -----

Por seu turno, o no n.º 1 do art.º 290º-A do CCP, determina que o contraente público deve designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. -----

Resulta da conjugação do n.º 1 do art.º 48.º da Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, com a Cláusula 23ª do Caderno de Encargos que o tomador do seguro tem o direito de escolher livremente um mediador de seguros, que se encarregará de implementar a colocação dos seguros contratados, e o qual será indicado à Seguradora adjudicatária. ---

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

- 1) Aprovar a proposta constante do Relatório Final e adjudicar o presente procedimento à Caravela – Companhia de Seguros, S.A., pelo preço de € 183.787,10 (cento e oitenta e três mil setecentos e oitenta e sete euros e dez cêntimos), isento de IVA; -----
  - 2) Notificar a adjudicatária para, no prazo de 5 dias úteis, apresentar os documentos de habilitação exigidos no n.º 1 da Cláusula 26.ª do Programa do Procedimento; -----
  - 3) Aprovar a minuta do contrato, que se anexa e notifica-la à adjudicatária para que sobre ela se pronuncie, no prazo de 5 dias úteis; -----
  - 4) Designar o gestor do contrato; -----
  - 5) Escolher o mediador de seguros e comunica-lo à Seguradora. -----
-



**16. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA.** -----

Pretende-se proceder à abertura de um procedimento de prestação de serviços de locação financeira, pelo prazo de 84 meses, destinada à aquisição de um veículo pesado de passageiros. -----

O presente procedimento resulta do facto do Município de Cuba carecer de um veículo apto para o transporte coletivo de passageiros, com especial incidência para o transporte de crianças e jovens no âmbito do transporte escolar, bem como não dispor de meios financeiros que lhe permitam a aquisição com pagamento imediato do veículo que pretende adquirir. -----

É por este motivo que se considera a locação financeira como o meio mais adequado a satisfazer esta necessidade. -----

Pretende-se o financiamento através de locação financeira (leasing) para aquisição de um veículo pesado de passageiros, nas condições discriminadas no caderno de encargos anexo. -----

Considerando que o valor do contrato a celebrar, nos termos do art.º 17º do CCP, é de € 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil euros), determina-se a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP. -----

Atendendo ao valor atual dos limiares europeus aplicáveis aos contratos públicos divulgados no portal dos contratos públicos, em cumprimento do n.º 5 do art.º 474.º do CCP, os contratos de prestação de serviços de valor superior a € 221.000,00 são obrigatoriamente publicitados no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), que é o que se passa com o procedimento *sub judice*. -----

O presente procedimento é, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 40.º do CCP, constituído pelas seguintes peças, que se anexam: -----

- a) Anúncio; -----
- b) Programa do procedimento; -----
- c) Caderno de encargos. -----

Determina o n.º 1 do art.º 63.º do Orçamento de Estado para 2019, aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que “Os valores dos gastos com contratos de aquisição

de serviços, celebrados nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, nas autarquias locais, (...), que em 2019 venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto de contrato vigente em 2018, não podem ultrapassar: -----

a) Os valores dos gastos de 2018, considerando o valor total agregado dos contratos, sempre que a mesma contraparte preste mais do que um serviço ao mesmo adquirente; ou -----

b) O preço unitário, caso o mesmo seja aritmeticamente determinável ou tenha servido de base ao cálculo dos gastos em 2018". -----

Ora, em 2018 não foi celebrado nenhum contrato de prestação de serviços de idêntico objeto, motivo pelo qual se pode proceder à presente contratação. -----

A prestação de serviços objeto do presente procedimento tem um período temporal que abarca sete anos (2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025). -----

Nesta conformidade, e conforme determina a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua redação atual, a assunção dos encargos plurianuais daí resultantes está sujeita a autorização da Assembleia Municipal. -----

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 67.º do CCP, propõe-se que o Júri do presente procedimento seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara; -----

Vogais efetivos: Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDCS; -----

Cármén das Dores da Silva Arrojado Estrela, Chefe da UAF; -----

Vogais suplentes: Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior, Técnica Superior; -----

Francisco Xavier Candeias Fitas, Vice-Presidente da Câmara. -----

O Presidente do Júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo vogal Vitor Manuel Parreira Fialho. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

- 1) A abertura de procedimento de concurso público, com publicação de anúncio no JOUE; -----



- 2) Aprovar as peças do procedimento – anúncio, programa do procedimento e caderno de encargos que se anexam; -----
- 3) Designar os membros do Júri, em número impar, no mínimo 3 efetivos, sendo que um preside, e dois suplentes; -----
- 4) Solicitar autorização à Assembleia Municipal para assunção dos encargos plurianuais decorrentes do presente procedimento. -----

**17. PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES AO 1.º CICLO - ANO LETIVO 2019/2020. VALORES PROVISÓRIOS PARA O 1.º PERÍODO LETIVO. -----**

A cláusula 8.ª do contrato-programa estabelecido entre a Direção Regional de Educação do Alentejo e a Câmara Municipal de Cuba, no âmbito do Programa referido em epígrafe (aprovado em reunião de Câmara de 10/01/2007) estipula que o mesmo vigora no ano letivo de 2006/2007, e é válido até que qualquer das partes lhe entenda pôr cobro, por aviso, com a antecedência mínima de 90 dias. -----

Assim, para o ano letivo de 2019/2020, mantém-se em vigor com o referido contrato-programa. -----

Considerando que, por efeito da universalidade de acesso à refeição escolar, todos os alunos do 1.º ciclo matriculados nas escolas encontram-se inscritos no Programa de refeições escolares e como a Unidade de Administração e Finanças deste município necessita de uma previsão do valor a receber e a suportar no âmbito destes apoios, informo que; -----

O Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho, mantêm-se em vigor, e não alterando as condições de aplicação das mediadas de ação social escolar, mantem-se o valor da refeição em 1,46€; -----

Não sendo ainda altura de apresentar a candidatura a este Programa, e como o valor das refeições não sofreu alterações, podemos considerar a comparticipação do Ministério da Educação e Ciência idêntica à aplicada no ano anterior, que era no valor de 0,44€ por refeição; -----

Prevê-se que 149 alunos usufruam deste serviço e como o ano letivo comporta 170 dias letivos, com base nos valores do ano letivo anterior, o valor estimado do financiamento



pelo Ministério da Educação é de 11.145,20€, e por prudência, só, para o 1.º período do ano letivo 2019/2020, que comporta 67 dias letivos, aplicando os valores a que faz referência o Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho, estima-se que o valor do financiamento do Ministério da Educação seja no valor de 4.392,52€. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**18. ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA O PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ ESCOLAR, POR FORÇA DA CELEBRAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO, ASSINADO EM 28 DE JULHO DE 1998. ANO LETIVO 2019/2020 – VALORES PROVISÓRIOS DA RECEITA. -----**

Para o próximo ano letivo, relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre informar: ----  
Até à data não foi disponibilizado pela DGEstE o Acordo para preenchimento e ainda não foi publicado o Despacho anual que define os apoios financeiros a atribuir no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – nas valências de Refeições, Prolongamento de Horário e Assistentes Operacionais, como tal poderá ser considerado por precaução os mesmos valores do ano passado. -----

Pela informação prestada pelo Agrupamento de Escolas através do quadro que segue em anexo, estão contemplados os dados relativos ao n.º de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino de Educação Pré - escolar da rede pública no Município de Cuba e o n.º de alunos inscritos no Serviço de Apoio à Família, até ao dia 06/08/2019. Eventualmente, quando estiver disponível o preenchimento do Acordo na respetiva plataforma informática disponibilizada pela DGEstE, poderá o n.º de alunos não coincidir ao que agora consideramos, o que poderá alterar os valores abaixo indicados. -----

Assim, considerando que a Unidade de Administração e Finanças deste município necessita de uma previsão do valor da receita no âmbito destes apoios, por prudência, aplicando os valores que constavam do Despacho n.º 11237/2015, de 7 de outubro, uma vez que depois deste não foi publicado outro, estima-se que o valor do financiamento do Ministério da Educação para 2019/2020 seja de: -----

\*23.936,00€ para refeições (31,99€:20diasúteis(média)mês x170diasletivosx88alunos),

\*16.864,00€ para o prolongamento de horário (30,99€: 20 dias úteis (média) mês x 170 dias letivos x 64 alunos), e, -----

\* 60.000€ para as Assistentes Operacionais afetas ao ensino Pré-escolar do Agrupamento de Escolas de Cuba. -----

Obs: Para o 1.º período do ano letivo 2019/2020 (67 dias letivos), estima-se que a receita seja de 9.436,60€ para refeições, 6.666,40€ para o prolongamento de horário e 20.000,00€ para as Assistentes Operacionais afetas ao ensino Pré-escolar do Agrupamento de Escolas de Cuba. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

## 19. PATROCÍNIOS À FEIRA ANUAL DE CUBA. -----

À semelhança do ocorrido em anos anteriores, procuraram-se todos os apoios possíveis para a realização da tradicional Feira Anual de Cuba, evento de extrema importância para as gentes de Cuba e para o cada vez maior número de visitantes que nos congratulam com a sua presença nos dias em que decorre. -----

Foram acordados os patrocínios das entidades abaixo indicadas cujos contratos se submetem a aprovação pelo órgão executivo, conforme determinam as alínea o) (*"Compete à Câmara Municipal (...) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município (...)"*) e ff) (*"Compete à Câmara Municipal (...) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal"*), do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: -----

- 1) Contrato de Patrocínio com a Adega Cooperativa Vidigueira, Cuba e Alvito; -----
- 2) Contrato de Patrocínio com a Arquiled – Projetos de Iluminação, S.A.; -----
- 3) Contrato de Patrocínio com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior;
- 4) Contrato de concessão de apoio financeiro no âmbito do programa 365 Alentejo-Ribatejo com a Entidade Regional de Turismo do Alentejo. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar os acordos de patrocínio das entidades indicadas atrás referidas. -----

## 20. ALTERAÇÃO Nº 5 AO ORÇAMENTO E GOP'S 2019" -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 24/2019, dos Serviços Financeiros enquadrando

dentro do enumerado no ponto 8.3.1.5 (notas sobre o processo orçamental e respetiva execução do Dec. Lei nº54-A/ 99) a modificação ao orçamento e às GOP'S, -----

Na alteração nº5, as modificações da despesa ocorreram para fazer face a reforços relacionados com prémios, condecorações e ofertas, conservação de bens, transportes (portagens), impostos e taxas, juros de m/ prazo, outros juros, serviços bancários, material de escritório, outros trabalhos especializados ,produtos de limpeza a higiene, alimentação-refeições confeccionadas, alimentação-géneros p/confeccionar, outro material-peças, locação de outros bens, publicidade, vestuário e artigos pessoais, , e aquisição de bens e serviços diversos. A nível das despesas com o pessoal o reforço prendeu-se essencialmente com encargos com a saúde, horas extraordinárias e outros ajustamentos. A nível do orçamento da receita o reforço ocorreu em virtude de propostas de patrocínios para a Feira Anual de Cuba, e também da renovação dos contratos - programa com a Direção Regional de Educação do Alentejo. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

01 111 2002/1 ação nº1- O reforço ocorreu para fazer face a transferência entre rubricas( 2 discos SSD para PC) ; -----

01 111 2002/4- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com a aquisição de equipamentos ( roçadora ); -----

02 243 2002/26- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de contentores e papeleiras; -----

03 320 2002/59 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de projetores; ----

03 331 2019/14-O reforço ocorreu face à aprovação da componente em sede de candidatura a fundos comunitários; -----

03 342 2003/10 ação 2- O reforço ocorreu face a transferência entre rubricas (software de gestão PC/POS Casa Fialho de Almeida); -----

As atividades Mais Relevantes sofreram modificações(reforços) nos seguintes projetos:

01 111 2014/5012- O reforço ocorreu para fazer face a cabimentação de despesa relacionada com o domínio; -----

02 211 2004/5003 ações 1e3-O reforço ocorreu para fazer face a transferência entre rubricas (despesa relacionada com a projeto) ; -----

+11-  
M  
Noe  
M. Paulo  
X



02 251 2009/5007 ação 1-O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a projeto ; -----

02 251 2017/5002 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação;

03 341 2002/5050 ações 2,4 e 7- O reforço ocorreu para fazer face a cabimentação de processos de adjudicação relacionados com o projeto. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou aprovar a alteração .º 5 ao orçamento e GOP's para 2019. -----

## 21. INFORMAÇÃO ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 25/2019, dos Serviços Financeiros, apresentando, de acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 Setembro. a situação financeira do município em 31 de julho, que se retrata da seguinte forma: -----

Execução Orçamental: -----

- O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de €227.429,92 à data de 31/07/2019; -----
- Os pagamentos efetuados à data de 31/07/2019 possuem o valor de €2.955.961,46 para Despesas Correntes e €498.000,92 para Despesas de Capital. A despesa apresenta um grau de execução de 61,19% no que diz respeito a despesa corrente e 20,67% a despesa de capital; -----
- As receitas cobradas pelo Município à data de 31/07/2019 ascendem a €2.736.849,54, no que diz respeito à receita corrente, €592.272,38 receita de capital. A receita apresenta um grau de execução de 53,78 % relativamente à receita corrente e 31,02 % à receita de capital. Sendo a execução global de 47,57%. Encontra-se por cobrar €225.615,50; -----
- O saldo de execução orçamental à data de 31/07/2019 é de € 165.877,08; -----
- A cabimentação atingiu à data 97,66 % no que diz respeito a despesa corrente e 51,62 %, no que diz respeito à despesa de capital; -----
- Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em €4.316.078,44 e em despesa de capital €1.009.135,56 e representam relativamente ao orçamento corrigido 89,34 % e 41,89 % respetivamente. No que diz respeito aos compromissos não pagos, ascendem a €1.871.251,62 sendo: -----

- €1.360.116,98 - Despesa corrente -----
- € 511.134,64 - Despesa capital -----
- Os compromissos assumidos relativamente a exercícios futuros ascendem à data a €2.614.544,48; -----

A faturação comunicada, não paga (dívida) à data de 31/07/2019 ascende a €448.490,64, sendo: -----

Despesa corrente : € 298.292,40 -----

Despesa capital : €150.198,24 -----

Limites ao Endividamento: -----

De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro: -----

“A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”. -----

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. -----

Limite da dívida total para 2019: -----

Limite da dívida total 2018(1,5\*média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos) :

| Receita corrente líquida 2016 | Receita corrente líquida 2017 | Receita corrente líquida 2018 | Total           | Média da receita corrente líquida |
|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-----------------|-----------------------------------|
| (1)                           | (2)                           | (3)                           | (4)=(1)+(2)+(3) | (5)=(4)/(3)                       |
| 4.681.638                     | 4.718.520                     | 5.014.338                     | 14.414.496      | 4.804.832                         |

Limite da dívida total: €7.207.248

Situação do Município em 01-01-2019 :€2.435.845,85

| Total dívida terceiros | Contribuição SM/AM/SEL | Dívida total | FAM +Dívidas Não Orçamentais | Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria |
|------------------------|------------------------|--------------|------------------------------|--|
| (2)                    | (3)                    | (4)=(2)+(3)  | (5)                          | (6)  |
| 2.466.955,48           | 51.957,35              | 2.518.912,83 | 83.066,98                    | 2.435.845,85                               |

Situação do Município em 31-07-2019:

| Total dívida | Contribuição | Dívida total | FAM +Dívidas Não | Dívida Total Excluindo |
|--------------|--------------|--------------|------------------|------------------------|
|--------------|--------------|--------------|------------------|------------------------|



| terceiros    | SM/AM/SEL |              | Orçamentais | FAM +Op. Tesouraria |
|--------------|-----------|--------------|-------------|---------------------|
| (2)          | (3)       | (4)=(2)+(3)  | (5)         | (6)=(4)-(5)         |
| 2.407.317,04 | 77.040,63 | 2.484.357,67 | 71.631,95   | 2.412.725,72        |

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são: -----

AMCAL (participação de 22,05%): €23.540,87 -----

AMGAP :€0,00; -----

ANMP:€1.210,38; -----

CIMBAL ( participação de 3,91%): €52.289,38; -----

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal ( participação de 100%):€0,00 -----

Verifica-se que o Município se encontra numa situação de cumprimento em relação à dívida total. -----

*Em relação à dívida conjunta foi tido em consideração a informação relativa ao 1º semestre.* -----

*Pagamentos em atraso:* -----

De acordo com o estipulado, na Lei nº 8/2012, “a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.” -----

No que diz respeito ao período em análise, não possui o Município pagamentos considerados em atraso. -----

*Fundos Disponíveis:* -----

Os Fundos disponíveis do período foram de:€752.411,60, tendo sido absorvidos até final do mês:€749.270,40. -----

*Equilíbrio Orçamental:* -----

*De acordo com o enumerado no nº2 do artigo 40º da Lei das Finanças Locais, o equilíbrio orçamental é apurado da seguinte forma:* -----

*“A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de M/L prazo”.* -----

No que diz respeito ao período em análise, o município encontra-se numa situação de desequilíbrio, caso se considere a amortização média anual pela totalidade: -----

Receita corrente bruta :€2.736.849,54 -----

Amortização média anual:€ 284.763,61 -----



Despesa corrente paga: €2.955.961,46 -----

Receita corrente bruta «= Despesa corrente + Amortizações médias de empréstimos  
€ 2.736.849,54 «= €2.955.961,46 + €284.763,61, -----

€ 2.736.849,54 «= 3.240.725,07 -----

Se efetuarmos o corte das amortizações ao período, a situação é de desequilíbrio e é a seguinte: -----

€ 2.736.849,54 «= € 2.955.961,46 + € 166.112,11 -----

€ 2.736.849,54 «= € 3.122.073,57 -----

Do atrás exposto conclui-se: -----

- 1- No que diz respeito à dívida por cobrar verifica-se um aumento em relação ao saldo inicial em Janeiro de 2019. Deve ser reanalisada esta situação e adotadas medidas corretivas, uma vez que em termos absolutos o aumento verificado é de € 30.051,25. Os montantes em execução fiscal não tem diminuído encontrando-se alguns dos processos em análise nos serviços jurídicos; -----
- 2- O município encontra-se à data com elevada execução orçamental da despesa corrente, no que diz respeito a cabimentos e compromissos, por força da execução orçamental e da lei dos compromissos cujo horizonte é de 6 meses; -----
- 3- No que diz respeito à dívida total verifica-se uma diminuição da dívida de 0,95%, relativamente ao início do ano; -----
- 4- Não existem pagamentos em atraso; -----
- 5- No que diz respeito à regra do equilíbrio orçamental, o Município encontra-se em desequilíbrio orçamental, na ordem dos € 385.224,03, pelo que, devem ser tomadas medidas corretivas, com a maior brevidade possível, uma vez, que à data se verifica um valor negativo superior a 5% das receitas correntes totais. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

## 22. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 316/2007. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 72/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescritas as dívidas que o estão pelo decurso do

prazo, anulando as certidões e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas. -----

-----

**23. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 234/2008.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 76/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescritas as dívidas que o estão pelo decurso do prazo, anulando as certidões e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas. -----

-----

**24. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 441/2008.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 80/2019, do SAJAI através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, notificar o executado para proceder ao pagamento da quantia em dívida no prazo de 15 dias, sob pena de, não o fazendo, se partir para a penhora. -----

-----

**25. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 314/2008.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 74/2019, do SAJAI através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, notificar o executado para proceder ao pagamento da quantia em dívida no prazo de 15 dias, sob pena de, não o fazendo, se partir para a penhora.-----

-----



**26. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 479/2008.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 79/2019, do SAJAI através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, notificar o executado para proceder ao pagamento da quantia em dívida no prazo de 15 dias, sob pena de, não o fazendo, se partir para a penhora. -----

**27. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 424/2008.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 78/2019, do SAJAI através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, notificar o executado para proceder ao pagamento da quantia em dívida no prazo de 15 dias, sob pena de, não o fazendo, se partir para a penhora. -----

**28. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 39/2007.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 77/2019, do SAJAI através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, notificar o executado para proceder ao pagamento da quantia em dívida no prazo de 15 dias, sob pena de, não o fazendo, se partir para a penhora. -----

**29. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 53/2008.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 75/2019, do SAJAI através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, notificar o executado para proceder ao pagamento da quantia em dívida no prazo de 15 dias, sob pena de, não o fazendo, se partir para a penhora. -----

-----  
**30. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 225/2008.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 73/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescritas as dívidas que o estão pelo decurso do prazo, anulando as certidões e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas. -----

-----  
**31. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 229/2007.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 81/2019, do SAJAI através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado.-----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, notificar o executado para proceder ao pagamento da quantia em dívida no prazo de 15 dias, sob pena de, não o fazendo, se partir para a penhora. -----

-----  
**32. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 435/2006.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 71/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescritas as dívidas que o estão pelo decurso do prazo, anulando as certidões e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas. -----

-----  
**33. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 271/2008.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 70/2019, do SAJAI através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na



informação, designadamente, notificar o executado para proceder ao pagamento da quantia em dívida no prazo de 15 dias, sob pena de, não o fazendo, se partir para a penhora. -----

**34. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 71/2008.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 69/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescritas as dívidas que o estão pelo decurso do prazo, anulando as certidões e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas. -----

**35. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 275/2008.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 68/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescritas a dívida por pagamento voluntário, anulando a respetiva certidão. -----

**36. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 206/2008.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 66/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescritas as dívidas que o estão pelo decurso do prazo, anulando as certidões e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas. -----

**37. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 202/2008.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 65/2019, do SAJAI, através da qual é feita a



análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescritas as dívidas que o estão pelo decurso do prazo, anulando as certidões e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas. -----

**38. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 107/2008.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 64/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescritas a dívida por pagamento voluntário, anulando a respetiva certidão. -----

**39. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL PRESCRITOS.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 67/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescritas as dívidas aí constantes que o estão pelo decurso do prazo, anulando as respetivas certidões. -----

**40. PEDRO TIAGO SOUSA GUERRA. PROPOSTA DE CONTINUIDADE DE EXPLORAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DA TABERNA DO ARRUFÁ.** -----

Rececionou a Câmara uma carta do Sr. Pedro Guerra com a exposição e o pedido que se transcreve: -----

“Venho por este meio informar V.ª Ex.ª de que é meu propósito cumprir o contrato que tenho com a Câmara de Cuba relativamente ao estabelecimento da Taberna do Arrufá. Depois de ter pensado em desistir e ter manifestado essa intenção, muito por força do pouco tempo que tenho para acompanhar a minha filha, sou levado a repensar esta situação e dado que se trata do meu ganha pão faz todo o sentido continuar com o mesmo propósito, cumprindo o compromisso que assinei e que pretendo cumprir na inte-

gra. -----

De facto trata-se de um espaço emblemático da Vila e aproxima-se a feira de Cuba momento que poderei aproveitar para realizar algum dinheiro e não seria bonito a Taberna do Arrufa estar fechada nesta altura. -----

Assim peço ao Sr. Presidente que considere sem efeito a carta anterior que enviei e considere este meu pedido consciente de que não tenho qualquer sociedade com ninguém e serei eu próprio a responsabilizar-me pela continuidade do funcionamento do estabelecimento.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão do requerente consciente de que deverá o arrendatário cumprir todos os pressupostos contemplados no contrato de arrendamento, e no projeto apresentado, situação que a não se verificar poderá determinar a tomada das medidas necessárias à resolução da questão. -----

#### **41. FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE CUBA. ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DA LICENÇA DE RUÍDO POR OCASIÃO DAS FESTAS RELIGIOSAS. -----**

Pretende a Fábrica da Igreja Paroquial de Cuba a alteração do horário da licença de ruído das 4,00 horas para as 6,00 horas concedido para o dia 25 de agosto atendendo a que a Comissão de Festas contratou um DJ para esta data. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou, excecionalmente, atender a pretensão da requerente, permitindo o prolongamento do horário. -----

#### **PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----**

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

*“2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”.* -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida

em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12h50m. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara,



O Coordenador Técnico,



Nosy

